



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8662 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA LÓGICA DO MERCADO PÓS REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Francisco Lázaro Gomes de Sousa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Antonio Sousa Alves - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Hugo Lima Araújo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA LÓGICA DO MERCADO PÓS REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

As reformas neoliberais nas economias periféricas tiveram o financiamento dos organismos financiadores internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se ocupavam em direcionar as reformas macroeconômicas para estas economias. Dentre as exigências se destacam a reformulação do modelo de gestão pública de burocrática para gerencial, as privatizações, a redução da intervenção estatal e a abertura dos mercados nacionais. Em contrapartida, os Estados endividados se comprometiam com uma série de medidas como “garantia de pagamento da dívida, liberalização comercial, redução do déficit público, austeridade fiscal, elevação dos juros e de tarifas de serviços públicos, desvalorização da moeda” (MONTAÑO, 2011, p. 195).

Esse mesmo contexto adentra ao Brasil na década de 1980 e ganha força nos anos 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que assume o viés neoliberal na condução de sua gestão em que, segundo o discurso oficial, a lógica do mercado deveria ser utilizada em setores sociais como a educação para que se pudesse obter resultados numéricos satisfatórios e que passaram a ser o principal indicativo de qualidade. Assim, no ano de 1995 foi publicado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) com orientações de alteração na coisa pública que passara a assumir a gestão gerencial típica de empresas como meta de eficiência. Nessa lógica de empresa, “era atribuído aos cidadãos, definidos como usuários dos serviços públicos, o papel de clientes e, ao gestor, o papel de gerente” (MEDEIROS; RODRIGUES, 2014, p.233).

Assim, o texto parte do seguinte questionamento: de que forma a educação básica pública passou a assumir os princípios do mercado em sua organização após a reforma do

Estado Brasileiro? Para responder ao questionamento central faremos interlocuções com autores que debatem sobre a educação nesse período como Silva (1994) e Pereira (1997) e analisaremos alguns documentos como o PDRAE que propôs à sociedade brasileira uma nova forma de condução das ações na esfera pública.

A EDUCAÇÃO NA VERTENTE DO MERCADO

A educação acolhe uma série de conceitos e visões que se distinguem dependendo de fatores sociais e culturais de cada povo. Assim, seguimos o conceito de Paro (2015, p. 49) de que “a educação é a maneira pela qual se constrói o homem em sua historicidade (como sujeito, senhor de vontade, que se diferencia do restante da natureza porque é criador de valores que fundamentam os objetivos a que se propõe)”. Logo, a escola como instituição que dimensiona a educação formal tem como pressuposto auxiliar o homem no seu processo de construção de um sujeito livre, consciente, senhor de sua vontade e que crie valores levando em consideração o seu contexto histórico.

De acordo com Silva (1994, p.12):

A intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional.

A reforma neoliberal do governo FHC, na década de 1990, para a área da educação pública, considerando a necessidade de redução do tamanho da máquina estatal brasileira, inicia-se pela proposta de descentralização da gestão escolar. Para conseguir o apoio da população convencendo-a aceitar o sacrifício de retirar a educação da condição de direito público e dever estatal, os neoliberais fizeram ampla divulgação enaltecendo as empresas privadas e as entidades sem fins lucrativos que figuravam nestas divulgações como modelo de qualidade e de modernidade em relação ao arcaísmo estatal.

FATORES DO MERCADO COMO INDUTORES DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

No contexto das reformas educacionais da década de 1990, a gestão foi redimensionada com novas estratégias para a escola pública, que passou a focalizar em princípios mercantis como produtividade e qualidade, metas que teriam como indicadores positivos os resultados obtidos nas avaliações gerais do sistema e em avaliações internacionais como a do PISA e inclusive, inserindo uma lógica de recompensa e de punição pelo alcance destas metas. Assim, fortalece-se um padrão de ensino voltado para as competências e habilidades, que ensejam as escolas a uma busca por eficiência e racionalidade representadas pelo alcance de um currículo mínimo e determinado.

Para Castro (2007) estas reformas [...] evidenciaram a necessidade de modernizar a gestão educacional, quer no âmbito dos ministérios e das secretarias, quer no âmbito das escolas, consideradas ineficientes e burocráticas. (CASTRO, 2007, p. 116). A materialização do projeto neoliberal encampado pelo governo de FHC, na década de 1990, para a área da educação pública propôs a descentralização da gestão escolar, através de dois pilares principais: a publicização da gestão escolar e a gestão gerencial.

a. A publicização da gestão escolar

Pela publicização, o Estado transfere parte da sua responsabilidade constitucional

sobre a gestão escolar para a esfera pública não-estatal, numa espécie de gerenciamento compartilhado entre o Estado e organizações públicas, que embora de direito privado não têm fins lucrativos. Adicionalmente, o Estado garantia o financiamento dessas atividades, seja pela via pública ou privada, mantendo para si, gestão estratégica do sistema, a sua regulação e a sua avaliação.

A publicização conforme descrita no próprio plano diretor da reforma do aparelho do estado (PDRAE), é descrito como “a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica (BRASIL, 1995, p. 12).

b. A gestão gerencial

Associada à publicização da gestão escolar o Estado adotou o modelo de gestão gerencial, em substituição ao modelo de gestão burocrática estatal. Por este instrumento de descentralização o Estado propôs a abertura da gestão da escola para a participação da comunidade escolar (alunos, professores, famílias), para que estes assumissem maior protagonismo nas tomadas de decisão levando a escola à melhoria da qualidade.

Para Cabral Neto (2009):

A lógica gerencial é incorporada ao modelo de gestão educacional, o qual coloca como eixo fundante, para a melhoria do sistema, a participação de usuários nos serviços educacionais. Tal modelo inclui, também, a defesa da responsabilização dos gestores e o protagonismo dos pais, dos alunos, dos professores nas tomadas de decisões da escola, aspectos inerentes à nova gestão pública (CABRAL NETO, 2009, p. 198).

Todavia, embora seja uma importante medida de participação social do espaço escolar, a gestão gerencial apresentou uma falha, ao não preparar adequadamente os sujeitos da comunidade escolar para a participação autônoma e efetiva. Dessa forma, nos casos em que a comunidade era mais esclarecida criaram-se conflitos sobre o espaço que caberia à comunidade no processo de gestão, desarmonizando o interior da escola. Nos casos em que a comunidade era menos esclarecida politicamente acerca dos seus direitos, essa participação se restringia ao mero cumprimento de burocracias pré-definidas pelos gestores, cujo perfil ainda se prendia ao modelo tradicional de centralização do poder.

Para Dublante; Sousa (2017):

as propostas de reforma foram sugeridas como compreensão de que o Estado na sua atual configuração não seria capaz de atender às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada. A partir desta noção, adotou-se a administração gerencial como um caminho para a reorganização da educação em função do novo modelo econômico que se estabeleceu em âmbito global, para dar conta de atender às necessidades que iam surgindo à medida que a sociedade ia avançando (DUBLANTE; SOUSA, 2017, p. 175).

Dessa forma a publicização e a gestão gerencial acabaram se revelando medidas de atendimento aos interesses econômicos, pois ambas as medidas permitem e reforçam a possibilidade de intervenção da iniciativa privada na gestão escolar, ao mesmo tempo, possibilitam a mudança de foco das tensões que se encerravam no Estado dispersando-as entre a própria comunidade e a gestão escolar.

CONCLUSÃO

A busca pela qualidade embora pareça estar como meta do projeto neoliberal de

Estado mínimo, na prática, está mais propensa a ser apenas um discurso retórico e midiático, afim de conseguir o apoio e o engajamento sociais, para o compartilhamento das responsabilidades estatais com a comunidade escolar em torno da educação. Isso fica bastante transparente quando se analisa os instrumentos inseridos no processo educacional, a publicização da gestão escolar, a gestão gerencial e a manipulação do currículo escolar, tudo isso sem a promoção de um amplo e democrático debate com a sociedade.

Dessa forma, após as reformas neoliberais ocorre um verdadeiro processo de racionalização da educação, amparado pela inserção dos termos eficiência, competências, habilidades e o predomínio de um currículo mínimo enfatizando as disciplinas de língua materna e matemática em detrimento das demais disciplinas. Esse enviesamento do aprendizado para o ângulo da instrumentalização e do tecnicismo, tem diminuído a capacidade crítica e criativa dos estudantes, que embora altamente qualificados para os desafios do mercado, são presas fáceis no jogo ideológico e polarizado que frequenta a política nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maria Costa (Org.) **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber livro, 2009.

CASTRO, A. M. D. A. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais / Org.: A. C. Neto... [et al.]**. – Brasília: Líber Livro Ed.2007.

DUBLANTE, C. A. S.; SOUSA, K. C. S.: Coord. pedagógica: novos caminhos para a melhoria da qualidade da educação. In: MORAES L.C.S.; MOREIRA C. J. M.: **Form. Cont. de Coord. Pedagógicos: discutindo políticas e contextos**. SL: EDUFMA, 2017.

MEDEIROS, Sonayra da Silva. RODRIGUES, Melânia Mendonça. **O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil**. Ver. Educ. em Questão, Natal, v. 48, n. 34, p. 1216-240, jan./abr. 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social** / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 3. ed. – SP: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 5)

PARO, Vítor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** – SP: Cortez, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle** / Brasília: Min. da Adm. Federal e Reforma do Estado, 1997.

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P., SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

Palavras-chave: Educação básica; Lógica do mercado; Reforma do Estado.

